

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE OLINDA - PE

Maria do Carmo da Silva ¹

Nathaly Maria dos Santos ²

RESUMO

A cidade de Olinda - PE, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, possui uma rica história que frequentemente não é plenamente compreendida ou valorizada por seus habitantes e alunos. Nesse contexto, a educação patrimonial surge como uma ferramenta fundamental para a conscientização e preservação desse legado. Frente ao exposto, este estudo analisa as ações e projetos de educação patrimonial e de ensino de história na cidade de Olinda - PE. O estudo foi embasado teoricamente a partir de pesquisa documental e bibliográfica, enquanto a observação participante e as visitas guiadas aos locais históricos foram realizadas para avaliar a *in loco* as ações de educação patrimonial. Os resultados revelaram lacunas significativas no conhecimento sobre a história local entre os moradores locais, evidenciando que, tanto o patrimônio, quanto seus personagens e locais históricos são pouco conhecidos junto a população. Isso destaca a necessidade urgente de intervenções educativas mais eficazes. Assim, são propostas intervenções como programas educativos interativos, capacitação de professores em educação patrimonial e maior integração entre escolas e comunidade. Tais ações visam fortalecer o vínculo emocional e intelectual dos moradores e alunos com o patrimônio de Olinda, promovendo assim a preservação e valorização da história local. Este estudo contribui para o avanço das políticas públicas educacionais, destacando a importância da educação patrimonial no contexto local e suas implicações para a formação cultural e cidadã dos indivíduos.

Palavras-chave: Educação patrimonial, Ensino de história, Patrimônio Histórico.

INTRODUÇÃO

Comumente, o termo “patrimônio” é tratado como sinônimo de uma herança ou fortuna. No dicionário, o vocábulo é definido como os bens acumulados por uma pessoa ou família ao longo da sua vida; ou então – em um sentido antigo – como os recursos necessários para a ordenação e sustentação de um eclesiástico. Somente na última definição é que o termo é explicado como “quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade”. (MICHAELIS, 2020, sem paginação).

¹ Mestre em Ensino de História pela Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: mariadocarmo.silva@upe.br

² Mestre em Ensino de História pela Universidade de Pernambuco (UPE), graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco e Especialista em Gestão da Educação em espaço escolar e não escolar (FAFIRE). E-mail: nathaly.historia@gmail.com

É nesse contexto, de bem comum; coletivo, que se insere a definição de patrimônio que tanto é valiosa para o contexto da educação, vinculada ao patrimônio histórico e cultural. Para o caso do primeiro, é tudo aquilo que, quer seja material ou imaterial, em algum momento da história, representou um valor artístico, cultural e histórico para a sociedade. O segundo, por sua vez, diz respeito à construção e inserção da imaterialidade, como “expressão máxima da “alma dos povos”, conjugando memórias e sentidos de pertencimento de indivíduos e grupos”, de modo a fortalecer seus vínculos identitários (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 6).

Esse entendimento mais amplo sobre o que constitui o patrimônio de um povo passou a figurar no ordenamento jurídico brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o conceito vigente no Brasil corresponde ao Patrimônio Cultural Brasileiro, termo este que passou a incorporar “o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial”. (IPHAN, 2020, sem paginação).

Ainda conforme o IPHAN, a mudança no entendimento – acrescentando o caráter imaterial a partir da cultura – permitiu, dentre outros a valorização de tudo que pudesse representar um valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, os quais se vinculam à identidade, à ação e à memória do povo brasileiro. Inclui-se neste rol, dentre outros, os modos de criar, fazer e viver; as obras; os objetos; as edificações; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico; paisagístico; e artístico.

Nesse contexto, tem-se a cidade de Olinda, situada no estado de Pernambuco, e mundialmente reconhecida por sua riqueza histórica e cultural. Desde 1982, Olinda possui o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, uma distinção que destaca a importância de suas construções coloniais, igrejas barrocas e a vibrante cultura local. No entanto, apesar de seu valor inestimável, a história e o patrimônio de Olinda muitas vezes não são plenamente compreendidos ou valorizados pelos próprios habitantes e alunos locais. Nesse contexto, a educação patrimonial emerge como uma ferramenta essencial para promover a conscientização e a preservação desse legado histórico.

A educação patrimonial não se limita à transmissão de conhecimento histórico; ela busca também fomentar um vínculo emocional e intelectual entre os indivíduos e o patrimônio cultural. Esse processo educativo é crucial para a formação de cidadãos conscientes de sua identidade cultural e responsáveis pela preservação de seu patrimônio. A cidade de Olinda, com sua vasta e rica história, oferece um cenário ideal para a

implementação de programas de educação patrimonial que possam impactar positivamente a comunidade local.

A situação vislumbrada no contexto da cidade de Olinda, contudo, revela uma situação que representa um problema cíclico: a ausência de ações de Educação Patrimonial faz com que a população – em especial aqueles que integram a comunidade escolar – desconheça os bens culturais ao seu redor e, dessa forma, não se engajem em ações de preservação e/ou valorização, o que, por sua vez, afeta o próprio cuidado com o bem cultural ao redor. Frente ao exposto, este estudo assume por objetivo analisar as ações e projetos de educação patrimonial e de ensino de história na cidade de Olinda - PE.

A relevância da realização da pesquisa reside não apenas no fomento à preservação física dos locais históricos da cidade de Olinda - PE, mas também no âmbito acadêmico, tendo em vista a carência de estudos que se voltem a analisar ações de educação patrimonial (MARQUES, 2021).

Além disso, a relevância do estudo se estende ao campo das políticas públicas educacionais. Através da identificação das deficiências nas práticas educativas atuais e da proposição de soluções como programas educativos interativos, capacitação de professores em educação patrimonial e maior integração entre escolas e comunidade, a pesquisa oferece uma base para a formulação de estratégias mais eficazes. Tais intervenções são essenciais para garantir que a população de Olinda ou de quaisquer outros municípios, especialmente as novas gerações, desenvolva um senso de pertencimento e responsabilidade em relação ao seu patrimônio cultural. Ao destacar a importância da educação patrimonial no contexto local, este estudo não apenas contribui para a preservação da história local, mas também para a formação cultural e cidadã dos indivíduos, reforçando o papel da educação como pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente e engajada na proteção de seu legado histórico.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação patrimonial emergiu nas últimas décadas como uma disciplina vital para a preservação e valorização do patrimônio cultural e histórico, refletindo uma conscientização crescente sobre a importância de legar às gerações futuras um entendimento profundo e respeitoso de suas heranças. No panorama global, a educação patrimonial é amplamente reconhecida como um meio de promover a identidade cultural,

fortalecer o senso de pertencimento e fomentar o respeito pela diversidade cultural (MARQUES, 2021).

A educação patrimonial pode ser conceituada como um processo educacional contínuo e integrado que visa conscientizar indivíduos e comunidades sobre a importância de preservar e valorizar o patrimônio cultural em suas diversas formas. Este conceito abrange tanto o patrimônio material, como monumentos, edificações e artefatos, quanto o imaterial, que inclui tradições, práticas culturais e conhecimentos ancestrais (MELO; CARDOZO, 2015) A educação patrimonial busca, portanto, promover um diálogo entre o passado e o presente, incentivando uma compreensão crítica e reflexiva das heranças culturais (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2008).

No contexto europeu, a educação patrimonial é integrada de forma sistemática ao currículo escolar, com iniciativas que variam desde visitas a museus e sítios históricos até projetos colaborativos que envolvem a comunidade local na preservação do patrimônio. Estudos demonstram que essas práticas não apenas enriquecem o conhecimento histórico dos estudantes, mas também desenvolvem habilidades críticas e um senso de responsabilidade social (SILVA, 2015). A abordagem europeia serve como um modelo para outras regiões, enfatizando a necessidade de uma educação que vá além da sala de aula e que envolva experiências práticas e interativas. Essas iniciativas promovem uma aprendizagem significativa, onde os estudantes são incentivados a investigar, questionar e se conectar emocionalmente com o patrimônio cultural (SILVA, 2015).

No Brasil, a educação patrimonial tem ganhado destaque, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, que reconhece a importância do patrimônio cultural e estabelece diretrizes para sua proteção. A inserção da educação patrimonial no sistema educativo brasileiro é uma estratégia para preservar a vasta e diversa herança cultural do país, que inclui sítios arqueológicos, edifícios históricos, tradições orais e festas populares. Diversos programas e projetos têm sido desenvolvidos em todo o território nacional, com o objetivo de sensibilizar a população, especialmente as crianças e os jovens, sobre a importância de preservar e valorizar o patrimônio cultural (FLORÊNCIO, 2019).

Exemplos notáveis incluem o Programa Nacional de Educação Patrimonial (PNEP), que promove a integração entre escolas e comunidades locais, incentivando atividades que valorizem o patrimônio cultural de cada região (FLORÊNCIO, 2019). O PNEP adota uma abordagem holística, que compreende a educação patrimonial como um processo interdisciplinar, englobando aspectos históricos, artísticos, antropológicos e

ambientais. Em Olinda-PE, especificamente, iniciativas educativas têm se concentrado em utilizar o rico patrimônio histórico da cidade como recurso pedagógico, proporcionando aos estudantes oportunidades de aprendizado que são tanto imersivas quanto contextualizadas (SILVA, 2019). Essas atividades educativas são fundamentais para a formação de uma consciência crítica e um compromisso com a preservação cultural, preparando as novas gerações para serem guardiãs ativas de sua herança cultural.

A educação patrimonial no Brasil, embora ainda em desenvolvimento, mostra um potencial significativo para contribuir não apenas para a preservação do patrimônio, mas também para o fortalecimento da identidade cultural e do senso de cidadania entre os brasileiros. A continuidade e a expansão dessas iniciativas dependem de políticas públicas eficazes, do engajamento comunitário e da capacitação de educadores, que juntos podem transformar a educação patrimonial em um instrumento poderoso para o desenvolvimento social e cultural do país (SILVA, 2019).

METODOLOGIA

A pesquisa documental e bibliográfica proporcionou a base teórica necessária para a condução deste estudo, possibilitando uma compreensão sobre a educação patrimonial e o ensino de história. Através de uma revisão da literatura, foi possível delinear os principais conceitos, metodologias e práticas que sustentam a educação patrimonial.

Além do suporte teórico, a pesquisa adotou a observação participante como fonte de obtenção de dados. Essa abordagem permitiu às pesquisadoras imergirem diretamente nas atividades educativas e culturais realizadas nos locais históricos de Olinda-PE, coletando dados qualitativos valiosos sobre as experiências e interações dos participantes. A observação participante possibilitou a coleta de informações detalhadas e contextuais, proporcionando análises sobre como os indivíduos percebem e se engajam com o patrimônio cultural durante as atividades educativas.

Adicionalmente, foram realizadas visitas guiadas aos locais históricos de Olinda-PE, as quais permitiram uma observação mais estruturada e sistemática, oferecendo uma oportunidade para que os participantes interagissem de maneira orientada com o patrimônio cultural, sob a supervisão de guias especializados. A análise das reações dos participantes durante essas visitas contribuiu significativamente para a compreensão de como a educação patrimonial pode influenciar a conscientização e a valorização do patrimônio histórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo a sistematizar os resultados obtidos na pesquisa, a apresentação e discussão será realizada ao longo de três subseções, voltadas para: (i) a análise das ações públicas de educação patrimonial desenvolvidas com o apoio de entes da esfera federal, como a Casa do Patrimônio de Olinda; (ii) as ações municipais, com o Plano Municipal de Educação Patrimonial (PMEP); e (iii) as atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas em escolas da rede pública local.

CASA DO PATRIMÔNIO DE OLINDA: EDUCANDO PARA VALORIZAR

Mesmo com todos os esforços com relação à legislação e a aplicação do Plano Municipal de Educação Patrimonial, observa-se que existe um grande desafio a ser vencido pela comunidade olindense, que é aprender a respeitar e a preservar o patrimônio cultural. Um dos meios encontrados para vencer os obstáculos à preservação, foi a partir do estabelecimento das Casas do Patrimônio. Em Olinda, há uma instalada na Rua do Amparo, no 59, no bairro homônimo. Nesse espaço é que são desenvolvidos trabalhos de aproximação entre a comunidade e as autoridades responsáveis – como o IPHAN – para a sensibilização, a valorização e usufruto do patrimônio cultural.

Tomando como objeto de análise a casa de patrimônio no município olindense, há o desenvolvimento de vários trabalhos de sensibilização, entre eles, as oficinas de educação patrimonial com o intuito de trazer à comunidade o entendimento intelectual sobre a importância da valorização dos nossos bens culturais, como forma de continuidade e preservação da memória individual e coletiva. A existência desses locais pode ser explicada por Magalhães (1997, p. 22), que descreve que “não há outra maneira do ensino e da educação no Brasil atingirem um plano de visão conjunta, a não ser através de uma educação baseada nos nossos valores culturais.”

A Casa do Patrimônio de Olinda vem, ao longo dos anos, desenvolvendo um trabalho não só de aproximação entre os moradores e as autoridades responsáveis para proteger o sítio histórico olindense, mas também contribuindo para que esse bem patrimonial permaneça vivo através de cada um que mora ou que venha a usufruir do município (turistas).

Atualmente, o espaço promove uma exposição de imagens com o tema: “Comemorar Olinda”, a qual demonstra o cotidiano dos moradores da cidade alta através de fotos. O objetivo da ação é estimular os visitantes a desenvolverem um olhar que possibilite a compreensão do espaço do sítio histórico olindense como um lugar de pertencimento e de identidade dos pernambucanos e brasileiros.

O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - PMEP

Em consonância com a legislações constitucionais, em especial a última Carta Magna, conhecida como “Constituição Cidadã” de 1988, a prefeitura de Olinda formulou o Plano Municipal de Educação Patrimonial – PMEP, o qual tem como base a elaboração da proposta de educação patrimonial nacional, criado a partir dos debates promovidos no II Encontro Nacional de Educação Patrimonial – ENEP, realizado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais no ano de 2011.

O Plano Municipal de Educação Patrimonial – PMEP foi elaborado com o intuito de nortear a política pública no município e se apresenta com resultado de um processo democrático que visa contribuir e criar ferramentas para a inclusão do cidadão olindense na discussão e crítica acerca do seu patrimônio cultural.

(OLINDA, 2021, sem paginação)

Com o intuito de ajudar a garantir a preservação de seus 10,4 km² tombados, o Plano Municipal de Educação Patrimonial vem se destacado não só por evidenciar a história do município, mas por ser um documento completo, contemplando a cultura e a vegetação da cidade. Sendo assim, a elaboração do PMEP se fez necessária para que o significado do título de patrimônio histórico cultural da humanidade se torne ainda mais visível para os olindenses.

O Plano Municipal de Educação Patrimonial destaca a importância de as instituições escolares trabalharem o conteúdo Patrimônio Cultural de maneira que venham a oferecer para os estudantes um norte sobre as questões culturais. Uma das premissas do PMEP é no conhecimento do patrimônio da própria escola, bem como dos objetos que constam na instituição. Para tanto, o PMEP deve ser aplicado de forma abrangente, com uma participação interdisciplinar (OLINDA, 2021).

Observa-se, a partir do estabelecimento do PMEP, uma preocupação da Secretaria de Educação do município com o propósito de levar os conceitos sobre patrimônio

cultural, memória e identidade, facilitando assim a aprendizagem dos cidadãos com o intuito de torná-los conscientes dos seus deveres para manter não somente o centro histórico, mas todos os demais espaços da cidade.

É importante frisar que, através deste plano (PMEP), a responsabilidade que deve ser assumida pelos indivíduos em relação ao patrimônio torna-se evidente. Com isso, as políticas públicas propiciam uma aproximação entre a educação, a história, a sociedade e os monumentos históricos. Sobre o tema, Funari e Pelegrini relatam que:

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade. Vista por esse ângulo, a reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais – materiais e imateriais – pode contribuir para o desenvolvimento urbano, através do aproveitamento de infraestrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turísticas. (FUNARI; PELEGRINI, 2014. p. 29)

Vê-se assim que o PMEP busca, a partir da educação patrimonial, tornar o Sítio Histórico de Olinda um local em contínua valorização, condizente com o seu *status* de cidade patrimônio da humanidade.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

No âmbito da educação patrimonial, a Escola Deanna Clarck Xavier, situada em Olinda-PE, desenvolveu um projeto educativo junto a seus docentes e discentes que buscou integrar o conhecimento teórico com experiências práticas através de visitas a locais que constituem o patrimônio histórico da cidade. Essas atividades tiveram como objetivo promover a conscientização e a valorização do rico legado cultural de Olinda, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. As ações foram estruturadas para proporcionar um engajamento ativo dos participantes, incentivando a reflexão sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e histórico da cidade.

Durante visita ao Sítio Histórico de Olinda, docentes da Escola Deanna Xavier participaram de uma imersão profunda na história e na cultura local. As caminhadas pelas ruas estreitas e ladeiras da cidade permitiram um redescobrimto do espaço urbano, onde as informações históricas convivem harmoniosamente com a Olinda contemporânea. Os participantes observaram a beleza da paisagem e a riqueza arquitetônica dos casarios coloniais, pintados em cores vibrantes, e discutiram a herança cultural portuguesa que

ainda permeia a cidade. Essas observações levaram a reflexões sobre o impacto histórico e cultural da colonização, bem como sobre a necessidade de conservação e restauração dos prédios tombados, frequentemente marcados por pichações e sujeira.

No Alto da Sé, ponto culminante da visita, os docentes tiveram a oportunidade de contemplar a vista panorâmica que abrange a vegetação, o oceano e a cidade vizinha de Recife. A presença de barracas de artesanato e de gastronomia local destacou a contínua vitalidade cultural de Olinda, enriquecida pela interação com turistas e nativos. A visita à Catedral da Sé e suas redondezas incentivou debates sobre a importância estratégica e estética do local escolhido por Duarte Coelho Pereira para fundar a cidade, além de suscitar discussões sobre a preservação ambiental e patrimonial.

Outro aspecto relevante das visitas foi o encontro com as bicas do século XVI, ainda em funcionamento. Este ponto de interesse histórico serviu como um catalisador para discussões interdisciplinares entre os docentes das áreas de ciências exatas e humanas. Os professores de matemática e ciências debateram sobre o funcionamento histórico e atual das bicas, integrando questões de desperdício e racionamento hídrico aos conteúdos educacionais. Essa abordagem interdisciplinar demonstrou como a educação patrimonial pode ser um eixo central para diversas áreas do conhecimento, promovendo uma educação holística e contextualizada.

As atividades realizadas evidenciaram a necessidade de capacitação contínua dos professores em educação patrimonial, permitindo-lhes integrar de forma eficaz esses conteúdos ao currículo escolar. Além disso, a maior integração entre a escola e a comunidade local se mostrou essencial para o sucesso das iniciativas. Projetos colaborativos que envolvam toda a comunidade podem fortalecer o vínculo emocional e intelectual dos alunos com o patrimônio cultural, promovendo um maior comprometimento com sua preservação. Assim, a experiência na Escola Deanna Clarck Xavier em Olinda - PE serve como um modelo de como ações de educação patrimonial podem ser implementadas de forma eficaz, contribuindo para a formação cultural e cidadã dos estudantes.

Por fim, as ações de educação patrimonial desenvolvidas junto aos alunos da Escola Deanna Xavier incluíram a criação de um jogo de memória físico, adaptado às condições e recursos disponíveis da instituição e à realidade social dos estudantes. O projeto foi cuidadosamente planejado para ser acessível e eficaz, utilizando materiais recicláveis, como cartolina e imagens impressas de pontos históricos culturais do Sítio Histórico de Olinda. O jogo de memória, composto por peças em formato de cartas, cada

uma com uma figura impressa e seu respectivo par, foi projetado para aprimorar a concentração, a memória visual e a capacidade de observação dos alunos. A cada rodada, os participantes eram incentivados a relacionar figuras e sequências, desenvolvendo estratégias de jogabilidade que reforçavam a assimilação do conhecimento de forma rápida e objetiva. Além de proporcionar um custo baixo e a possibilidade de reutilização, o jogo promoveu o engajamento dos alunos com o patrimônio cultural local, incluindo pequenos textos explicativos em cada carta sobre a importância dos objetos históricos, criando uma experiência educativa interativa e enriquecedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou reafirmar a importância crucial da educação patrimonial como um instrumento indispensável para a conscientização e preservação do patrimônio cultural. Ao promover um entendimento mais profundo e uma valorização do legado histórico, a educação patrimonial desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos mais conscientes e engajados com sua cultura e identidade.

Considerando o cenário das escolas do município de Olinda, em muitas delas, docentes e discentes desconhecem a existência da Casa do Patrimônio e do Plano Municipal de Educação Patrimonial (PMEP). Ademais, uma breve averiguação junto às instituições de ensino é suficiente para identificar a inexistência de projetos para desenvolver nos currículos o tema educação patrimonial. Assim, trabalhos em prol da conscientização e da valorização não só dos patrimônios materiais, mas dos diferentes saberes locais constituem uma forma de preservação da memória local.

Para Todorov (1999, p. 27) é importante que o ser humano se reconheça no lugar em que vive ou pertença a uma comunidade, pois, sendo assim, se torna mais agradável viver, porque habitaremos em meio aos nossos. Ações de conscientização sobre o estudo do Sítio Histórico de Olinda são uma forma de dizer para os alunos que, ao adquirirmos esses conhecimentos estamos dando continuidade à memória histórico-cultural dos nossos ancestrais, auxiliando no processo de pertencimento ao lugar.

Diante disso, vê-se que ainda falta muito para que a cidade de Olinda possa, de fato e de direito, assumir o papel de protagonista na temática da valorização do patrimônio cultural. Porém não se pode esquecer que o município vem, paulatinamente, construindo uma forma de preservar seus bens históricos, mesmo com a escassez de recursos destinados a essa temática.

Desse modo, cabe às escolas, independente da rede de ensino que integrem – estadual, municipal ou particular – desenvolver seus projetos de Educação Patrimonial, se dedicando a construir conhecimentos juntos aos discentes, capazes de promover o dever de cuidar dos bens patrimoniais, levando-os a compreensão de que os objetos pertencem a todos e, como tal, devem ser conservados como um bem particular com nuance coletiva.

REFERÊNCIAS

FLORÊNCIO, Sônia R. Política de Educação Patrimonial no IPHAM: Diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p. 55-89, jan./jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27p8-33>

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial/DEPROM-IPHAM-MINC, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Patrimônio Cultural**. 2020. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MAGALHÃES, Aloisio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MARQUES, Janote P. Educação patrimonial e ensino da história local na educação básica. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2021.

MELO, Alessandro; CARDOZO, Poliana F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educ. Soc.**, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, 2015. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015137387>

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Verbetes Patrimônio. 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wPaw>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

OLINDA. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Educação Patrimonial**. 2021. Disponível em: <<https://www.olinda.pe.gov.br/secretarias-e-orgaos/secretaria-de-patrimonio-cultura-turismo/plano-municipal-de-educacao-patrimonial/?pdf=27204>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PELEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.



SILVA, Rodrigo M. D. Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 56, p. 207-224, abr./jun. 2015.

SILVA, Rodrigo M. D. Questões urbanas e a agenda formativa da educação patrimonial. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 45, p. 392-411, 2019.

TODOROV, Tzvetan. **O Homem Desenraizado**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1991.